



Fundação Cuidar o Futuro

Presença



# presença

NOVEMBRO DE 1960

Redacção : Av. Duque de Loulé, 90 r/c. D.

LISBOA

EDITADA PELA J. U. C. F.

FILIADA NA PAZ ROMANA

# sumário

editorial

nota litúrgica

M. C. C. P.

para um conceito de liberdade

M. M. Abreu Costa

evolução das estruturas sociais  
na África negra

João Cravinho

um olhar sobre o meio univer-  
sitário

Pe. M. Trindade

informação, formação e trans-  
formação

Bertina Silva Araújo

pax romana reúne-se em Lisboa

João Vaz Serra de Moura

artes

letras : António Machado

Dr.ª Idalina Pereira

ver para pensar

ficheiro bibliográfico

33

Fundação Cuidar o Futuro



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE ECONOMIA  
ESTATÍSTICA

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA  
ECONOMIA DA SAÚDE



RESUMO  
Este trabalho tem como objetivo analisar o impacto da  
política de saúde pública no Brasil, com ênfase na  
atuação do SUS. A metodologia utilizada é a análise  
de dados secundários, com base em fontes oficiais.  
Os resultados indicam que a política de saúde pública  
tem contribuído para a melhoria da cobertura e da  
qualidade dos serviços de saúde, embora ainda existam  
desafios relacionados à distribuição desigual dos recursos  
e à necessidade de fortalecimento da atenção primária.  
Conclui-se que a política de saúde pública é essencial  
para a promoção da equidade e da sustentabilidade do  
sistema de saúde brasileiro.

ABSTRACT  
This work aims to analyze the impact of public health  
policy in Brazil, with emphasis on the role of the SUS.  
The methodology used is secondary data analysis, based  
on official sources. The results indicate that public health  
policy has contributed to the improvement of coverage and  
quality of health services, although there are still challenges  
related to the unequal distribution of resources and the  
need to strengthen primary care. It is concluded that  
public health policy is essential for promoting equity and  
sustainability of the Brazilian health system.

# Fundação Cuidar o Futuro





# EDITORIAL

Ao começar mais um ano de actividades, a J.U.C.F. pensa, de um modo especial, no seu primeiro encontro com todas aquelas raparigas que vieram de novo para a Universidade. Pensa em tudo o que tem para oferecer-lhes e no muito que tem a pedir-lhes. Pensa que pode ajudá-las a definir a sua visão da vida universitária, que pode revelar-lhes o fundo cristão em que a sua cultura há-de radicar e situar-lhes na perspectiva certa os seus problemas de jovem. Mas, ao mesmo tempo, pensa com alegria que pode esperar de cada uma delas o testemunho da escolha consciente que fizeram, o contributo generoso para uma maior penetração dos valores cristãos no meio universitário, um empreendimento sincero em todas as realizações que sendo da J.U.C.F. têm também de ser as suas.

Todas aquelas raparigas que sabem que a sua entrada para a Universidade não corresponde a uma atitude de escolha irreflectida de uma solução entre outras igualmente possíveis, mas significa o primeiro passo de uma presença total num caminho que, seriamente, reconheceram como o seu, poderão encontrar na aliança da experiência cristã que a J.U.C.F. pode fornecer-lhes com o esforço pessoal que sempre terão de realizar, o meio de assumirem, em verdade, a sua missão de estudantes universitárias católicas. Missão que ultrapassa em muito o estudo de algumas horas, para se alargar a toda uma valorização global que permita desde já o maior rendimento na comunidade cristã de que são parte integrante e possa ser uma garantia de que, ao sair da Universidade, a tarefa de dirigentes que, necessariamente, as espera, será sempre encarada em termos de serviço da Igreja.

# nota litúrgica

Estamos nos últimos domingos do Pentecostes, o ciclo mais vasto do ano litúrgico — 24 a 25 semanas, enquanto outros só duram 4 semanas.

A Liturgia ajuda-nos a dar um sentido novo ao tempo — fusão do passado e do futuro, antevisão no presente do sentido último da marcha da história, como se cada acção do homem, projectada nos séculos, fosse redutível a uma hora do dia. Isto é possível, porque a história da Humanidade é a história da Salvação — do caminho para Deus. A maneira mais perfeita de percorrer esse caminho é a aclamação da glória de Deus pelo seu povo. Aclamá-lo pondo ao seu serviço o nosso trabalho, a nossa alegria, os nossos divertimentos e tristezas. É este o cunho de personalidade que encontramos nos pensamentos da Igreja para cada dia ou na sua intenção em cada ciclo litúrgico.

Procuremos o sentido profundamente humano das orações da Missa.

Ao mesmo tempo, Ela reúne todos os seus filhos sob o mesmo pensamento, inserindo-os numa dimensão universal, católica. «O povo que vem aos Seus átrios, cantando hinos», é o povo escolhido, apresentando o seu louvor e o de todas as nações. Os gemidos das almas, que «do fundo dos abismos elevam a sua voz», não são só os gemidos do povo eleito oprimido, mas, agora, na nova geração instituída por Cristo, a voz do mundo agrilhado — o Homem agrilhado pela sua própria condição, cada Homem agrilhado pelo outro.

A Liturgia aproxima, põe em presença Deus e o Homem, o Senhor e a comunidade que com Ele não são senão UM.

Notámos, durante todo este tempo, a que chamamos Pentecostes, que os textos da Missa — para não falarmos dos textos das orações de cada dia — são uma recordação das Parábolas que Cristo contou. E estas são geralmente sobre o Reino de Deus e o mandamento novo dado na Páscoa — a caridade. Não foi por acaso.

Depois da vinda de Cristo, o Homem já não espera pelo Messias, pelo Salvador, mas espera pelo Reino, e obedece a Deus para o estabelecimento do Reino de Deus. Lembremo-nos que, ao fim da instrução que a Igreja vai dando sobre Deus, dos seus mistérios, da vida da Graça, depois de ter enviado os seus discípulos a pregar a todo o mundo — apresenta-nos Cristo como Rei. Foi por Ele que trabalhamos e para Ele trabalharemos no ano que se aproxima. O tempo do Pentecostes é o tempo litúrgico que melhor traduz a situação da Igreja: sob a acção do Espírito Santo, caminha, avança para a aclamação final.

Mas, porque o tempo não acabou, antes se sucede indefinidamente até que o «Senhor venha com toda a Sua magestade e glória», o Homem espera; o Homem está em Advento.

Espera como a Virgem, que a Sua vontade seja feita, que se realize nele o plano de Deus, segundo a Sua palavra — o Verbo, Cristo.

Espera na penitência de se ver afastado de Deus, como Homem que é; mas na alegria d'Aquele que tomou a nossa natureza para nos comunicar a d'Ele; que Se fez criatura para ensinar os Homens a serem filhos de Deus, a serem criaturas; para elevar o Homem perante si mesmo, para lhe dar uma nova condição.

A festa da família, que o Natal encerra, não é tanto a festa da nossa família humana mais ou menos numerosa, mais ou menos divertida, rica ou pobre. É, acima de tudo, a festa da Família Cristã, espalhada por todo o mundo, aparentemente separada em suas casas, mas unida na mesma fé, na mesma comunidade que é a Igreja, unida no mesmo Senhor.

Que os homens de boa vontade ponham todos os seus melhores esforços, comprometam todo o seu Ser e artisqueem a sua vida, pelo reino de Deus, pela Família de Cristo.

M. C. C. P.

# para um conceito de liberdade



## NATUREZA DA LIBERDADE HUMANA

Para a maior parte das pessoas a palavra liberdade sugere imediatamente uma ideia de espontaneidade. A liberdade seria uma ausência inteira de constrangimento de qualquer espécie. Ser livre seria poder, em qualquer momento da existência fazer não importa o quê a partir seja do que for. E um acto seria tanto mais livre quanto menos ponderado fosse.

Mas, se reflectirmos um pouco, uma concepção deste género aparece-nos imediatamente como ilusória e sem fundamento. Afasta-se da experiência autenticamente humana.

O homem descobre a essência da sua liberdade quando, em face duma situação concreta, sente as exigências do bem e as solicitações do mal. E muitas vezes tem uma revelação mais clara dela quando se sente fortemente atraído para um comportamento que a consciência lhe reprova e se reconhece suficientemente forte para lhe resistir.

Então, dá-se conta de que em relação ao bem a liberdade se exprime em termos de obrigação e de tendência, e em relação ao mal não significa que seja arrastado por ele mas apenas que se sente tentado a consenti-lo.

E descobre, assim, que a liberdade se experimenta quando a pessoa pode, no mais fundo de si mesma, tomar uma decisão em face do bem e do mal. Mais, toma consciência de que a liberdade é uma abertura ao bem, uma orientação para o bem. É, em fim de contas, um poder de fazer voluntariamente o que aparece à consciência como devendo ser feito ou como valendo a pena ser feito.

Numa linha de verdade a escolha que lhe cumpre não é arbitrária, mas inclinação da espontaneidade diante das sugestões do bem reconhecido à luz da inteligência. Não duma inteligência abstracta, fria e desligada do concreto, mas duma inteligência comprometida, ligada à vida.

Por outras palavras, a liberdade dá-se-lhe como uma capacidade de a pessoa assumir a sua própria vida e lhe dar um sentido. Agir livremente é agir sabendo o que se faz e porque se faz, é agir por motivos pessoalmente queridos.

Nesta perspectiva a liberdade humana aparece-nos como um poder inalienável de autodeterminação, como uma nascente de responsabilidade e uma vocação à escolha responsável.

Mas a escolha responsável deve o homem fazê-la em situações concretas, a partir dum condicionalismo exterior e interior de erminado. E podemos, então, dizer que a liberdade humana é uma liberdade situada e, conseqüentemente limitada.

## LIBERDADE HUMANA E VALOR

A liberdade é, assim, uma faculdade concreta pela qual o homem incarna na acção um juízo de valor consciente.

Esta incarnação é necessária para que o juízo tenha autenticidade.

Aceitar que uma coisa vale, leva o homem a empenhar-se nela e por ela, obriga-o a colocar-se ao serviço do valor reconhecido e a promovê-lo, para si e para os outros, por gestos concretos, adequados e eficazes.

É a fidelidade a esta promoção, a orientação dos gestos concretos de acordo com o apelo e a inspiração do valor aceite, que vai permitir-lhe conhecê-lo mais clara e

profundamente. Num conhecimento de posse, de conaturalidade, e não apenas teórico e conceptual.

E é ainda esta fidelidade que justifica cada acto particular e a vida como totalidade. O homem dá sentido à existência e encontra o sentido da sua vida realizando valores e contribuindo para a sua realização. No mundo, nos outros e em si mesmo.

Tendo a liberdade como fundamento a abertura ao valor é preciso concluir que o homem é tanto mais livre quanto mais o realiza. Promovendo valores, agindo na linha de valorizar o mundo e ajudar os outros a valorizarem-se liberta o mundo e os outros. E estes, uma vez libertados, contribuem para uma maior libertação dele mesmo.

## LIBERDADE E PERSONALIZAÇÃO

Por outro lado, se olharmos a liberdade dum forma global e integrada na estrutura total da pessoa, vemos que ela não consiste tanto numa escolha de decisões particulares como numa forma de doação do homem a si mesmo.

No mundo objectivo não temos se não dados e situações. A liberdade é afirmação da pessoa. É capacidade pessoal de assumir as situações objectivas em ordem a uma finalidade, de ultrapassar e utilizar o dado por uma decisão.

O homem, emergindo de situações definidas, tem o poder de romper estas situações, de transcendê-las por meio de decisões.

Mas estas decisões, numa linha de construção autêntica, não são arbitrarias. Hão-de ordenar-se a uma perfeição reconhecida em função da qual ele sabe que deve edificar-se e em ordem à qual lhe cumpre escolher os actos particulares.

Numa perspectiva de verdade não tem o direito de tornar-se não importa o quê, não importa quem. A fidelidade ao bem impõe-lhe uma orientação e um controle de agir que, como consequência, o leva a escolhas ordenadas.

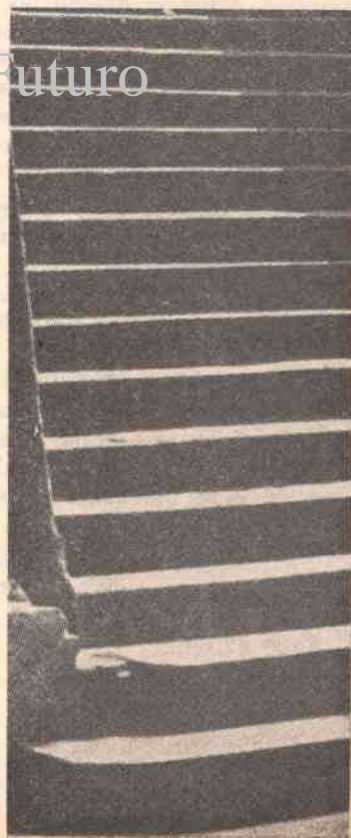
As escolhas que faz constituem-no diferente e colocam-no em novas situações que, de novo, deve assumir livremente. É na dialéctica fecunda entre o ser e o agir que o homem se vai tornando ele mesmo, se vai construindo.

A liberdade realiza-se, assim, para cada um em função do que ele é, do que ele é o único a ser no mundo. No plano da vida cada homem é permanentemente chamado a partir do estado e da situação actual e a inventar a sua maneira própria, única e original de ser ele mesmo nela.

Portanto, a liberdade toma a forma dum história pessoal que nunca está plenamente realizada, mas no decorrer da qual nos vamos tornando cada vez mais quem somos, nos vamos dando a nós mesmos.

Nesta luz a nossa liberdade é a nossa própria pessoa procurando existir em perfeição e aplicando a esta procura constante os recursos especificamente humanos de controle da acção.

Fundação Cuidar o Futuro





## LIBERDADE E COEXISTÊNCIA HUMANA

Uma reflexão sobre a existência humana leva-nos à descoberta da nossa inserção num complexo de relações humanas que não podemos ignorar.

O homem aparece-nos comprometido numa aventura que o transcende, a existir no seio duma realidade humana que o ultrapassa indefinidamente, numa economia de trocas infinitas onde cada um exerce uma acção determinante.

O modo de existência humana é a coexistência. E nenhum homem pode encontrar-se nem realizar-se isolado, mas numa relação com outros. Precisa dos outros para se reconhecer como autonomia, para se lhes dar e para receber deles. Para construir com eles, em comunidade, um mundo humano que satisfaça as necessidades e aspirações da humanidade e de cada homem. E que actualize todas as suas possibilidades.

A afirmação pessoal é o resultado dum comércio, dum trabalho constante de adaptação, de ajustamento ao mundo comunitário. «personalizado», donde cada homem emerge, e de construção desse mesmo mundo.

Neste contexto ninguém é livre e se liberta só, mas sim no meio dos outros, com os outros e pelos outros, referindo-se a uma situação comum. Cada decisão individual compromete os outros enquanto seres livres e acontece numa pessoa que é objecto de relações com outros e sofre delas.

É um jogo de interacções constantemente mantido em que a pessoa humana acede gradualmente a uma posse e a uma orientação global e relativa de si mesmo. Por outras palavras, descobre e realiza a sua vocação de liberdade.

E realizando-a promove, para os outros e para si, um mundo humano, onde cada um é chamado a assumir a sua própria vida e donde cada um parte para se libertar a si mesmo.

Neste sentido a liberdade humana não é apenas uma faculdade individual mas uma faculdade comunitária, posta ao serviço da existência individual e de existência comunitária, forma não apenas de realização pessoal mas de realização da comunidade humana como tal.

M. M. ABREU COSTA

*«... Há para a liberdade uma prisão mais subtil e mais terrível que o erro e a paixão: aquela que o próprio espírito forja quando este se desvia para as suas regiões mais altas onde se desenrola o drama essencial do dom e da resusa. Uma lucidez crua ou uma vontade de ferro chegam a coisas terríveis quando postas ao serviço do egoísmo ou do orgulho espiritual. São elas que fazem os seres impiedosos, os pecadores temíveis, os grandes criminosos da história; e estes serão subjugados pela mais devoradora das paixões: dominar, triunfar, espesinhar à vontade o mundo à volta deles. Orgulho que esconde e serve um egoísmo purificado de toda a caridade. A escravidão mais subtil, mais resistente, mais total, porque o homem se tornou perante si-mesmo o seu próprio fim, porque recusou a sua vocação, porque ele se afastou da sua origem e pôs de parte o amor.»*

Jean Mourou, in «Seus Chrétien de l'homme»



## Evolução das Estruturas Sociais

# na *Africa Negra*

A modificação das estruturas sociais é classicamente analisada segundo um esquema que alguém, pitorescamente, designa por **desenvolvimento da equação do campo unificado**: ordem pré-colonial, perturbação causada pelo impacto colonial, tentativa africana de implantação de uma nova ordem. O esquema, apesar do seu classicismo, continua adaptado à evolução da realidade africana.

Antes de entrar no tema, convém lembrar que a África negra apresenta facetas diversas segundo as regiões que a constituem. Hamitas, nilóticos, sudaneses e bantus, tem diferentes costumes, tradições e língua, etc. não obstante os vínculos poderosos que os ligam. Como se isto não bastasse, as potências que durante largos anos dominaram o Continente introduziram novas diferenças como consequência natural de princípios e métodos divergentes.

Nestas condições, é preciso ter em conta particularismos, originais ou induzidos, que, para o caso que nos interessa engloba em 3 grupos de observações.

Em primeiro lugar, há que considerar diversidades de estrutura social, vindas da época pré-colonial. Na maior parte dos povos, a sociedade organizou-se segundo estruturas comunitárias, de forte sentido igualitário, com base na entreaajuda e na solidariedade total dos que reconhecem uma ascendência comum. Ao mesmo tempo, encontramos sociedades de carácter semi-feudal, onde

já é possível ao homem ganhar certa projecção individual, sem perder, todavia, o sentimento de participação na vida do grupo. É ainda exemplo desta diversidade a existência de sociedades animistas, instaladas não muito longe de outras que, há centenas de anos, se encontram islamizadas.

Em segundo lugar, os sistemas de colonização empregados pela Grã-Bretanha, pela França, pela Bélgica, por Portugal e, modernamente, pela União Sul Africana, imprimiram à evolução dos povos ritmos e características diferentes.

É uma realidade que os jornais se encarregam de nos lembrar quase diariamente.

Em terceiro lugar, mesmo dentro de qualquer das zonas de influência, tomada isoladamente, se registam diferenças suscitadas pelo tipo de contactos entre as populações autóctones e os europeus.

Tomemos o exemplo da ex-África Britânica.

Na Costa Ocidental, parte significativa da população ocupou-se no cultivo de produtos de exportação, como o cacau e as oleaginosas, reservando-se os europeus o papel de assistentes técnicos e de intermediários no escoamento da produção. Na Rodésia do Norte, a presença europeia concentrou-se na direcção e controle de grandes complexos mineiros, cujas imediações se cobriram de autênticos formigueiros humanos, sur-

gidos de repente em pleno país desabitado, à custa do êxodo das populações dos territórios limítrofes.

Num caso e noutro, as populações foram alvo das solicitações da economia de mercado. Contudo as consequências foram bastante diferentes. Enquanto que no primeiro caso se deu um choque em extensão, no seio de cada aldeia, entre a economia tradicional de subsistência e a economia monetária, no segundo caso assistimos, sobretudo, aos efeitos induzidos do êxodo rural.

Tentemos novo paralelo, agora focalizado no regime de posse da terra. Toda a gente sabe que, no Quénia, as terras férteis das Highlands constituíam, praticamente, uma vasta reserva branca. Esta política de facilitar a instalação de agricultores europeus não se generalizou a todos os territórios. Na Nigéria, Lord Lugard, um dos maiores teóricos da colonização britânica, chegou ao ponto de proibir os europeus de possuírem terras. Se atendermos a que uma das causas do levantamento Mau-Mau incidia sobre a distribuição de terras aráveis, temos a medida da importância destes desacertos de processos.

Ao lado destas regiões que citamos, situadas na primeira linha de contacto, há outras, de reduzido interesse económico imediato, onde os reflexos chegam muito atenuados, como, por exemplo, o Norte da Niassalândia.

Podem-se citar numerosos exemplos, mas não me parece necessário reforçar este ponto. Entremos no tema e vejamos, **ràpidamente**, as modificações sobrevindas.

Na época pré-colonial, o negro não concebia o seu destino em termos pessoais, desligado do grupo. Se, em poucas palavras, se pretender sintetizar o modo de vida do africano, creio que se poderá dizer, sem grande erro, que o africano vive **por participação**. Exemplifico com o bântu. A ideia fundamen-

tal que preside à concepção do seu mundo é a de participação, numa cadeia de forças vitais, cujo elo superior é um ser, origem da vida, e cujo termo inferior é ocupado pelos objectos inanimados. Trata-se de uma hierarquia que não admite a menor solução de continuidade. Como se explica num depoimento oral, recolhido em Casamansa, «o mundo é um grande todo que muda sempre, mas fica igual a si próprio, porque é a mesma energia que circula em todo o lugar, a impulsão de Deus que se alterna, se degrada à medida que se aproxima do homem». Esta alteração de energia não é de natureza qualitativa, porque a força vital se tornou mais fraca sem cessar de ser ela mesma. Cabe, aqui, referir que não se deve assimilar esta força a uma ideia física. A força vital é uma força ontológica, é o domínio do ser. Ê-se tanto mais quanto maior for a participação na força vital, vibração emanada do ser supremo.

Por meio do **clan** — conjunto de todos os mortos e vivos que têm um antepassado comum, hierarquizados «pela antiguidade», por assim dizer — estabelece-se o sagrado na vida quotidiana, assegurando uma unidade total à satisfação das necessidades espirituais e materiais experimentadas pelo negro — africano. Por esta razão, o bântu «vive, globalmente, sem separações nem abstracções», integrado numa harmonia que se estende à própria natureza, pois se funda na circulação da força vital entre todas as pessoas e coisas alguma vez existentes.

A colonização abalou fortemente todo este conjunto, como é fácil de perceber.

Em primeiro lugar, a intervenção de uma administração estrangeira, radicalmente afastada e oposta a tais concepções, desacreditou as bases da autoridade dos chefes.



Com efeito, quer a administração tivesse recorrido ao sistema directo, quer ao indirecto, o poder passou para as mãos da potência tutora ou, na melhor das hipóteses, passou a ser exercido por consentimento sob a sua supervisão.

Segundo a concepção tradicional africana, os chefes não exercem apenas um poder político. Eles são, simultaneamente, guias na acção e medianeiros necessários entre os actuais membros do *clan* e os antepassados. Neles se combinam competências profanas e sagradas que não é possível separar sem pôr em causa todo o sistema em que elas se fundam. A cisão entre o poder temporal e o poder espiritual, a bipartição de esferas de influência, sobre a qual assentam os estados modernos, era ignorada em África.

Abalar o prestígio do chefe, sujeitando-o ao arbítrio da administração colonial é, também, em certo grau, enfraquecer a coesão social, a disciplina comunitária, a aceitação da autoridade dos mais velhos. O relaxamento das tensões internas contribui para uma progressiva libertação dos elementos jovens que, depois de terem experimentado intensamente algumas das notas do estilo de vida ocidental, adquiriram um maior sentido de independência.

Os novos dirigentes de África não se esqueceram de tirar proveito desta degradação do poder tradicional para pôr em prática novos sistemas de governação. Deste modo, deram satisfação aos novos, libertos já da submissão total aos condicionalismos tribais. As constituições de alguns países reservam aos chefes tradicionais lugares honoríficos ou de importância secundária. Assim o

fez Ghana, ao dar-lhes assento nas assembleias locais, onde o seu conhecimento dos costumes e tradições pode servir no derimento de conflitos, sujeitos ao direito consuetudinário.

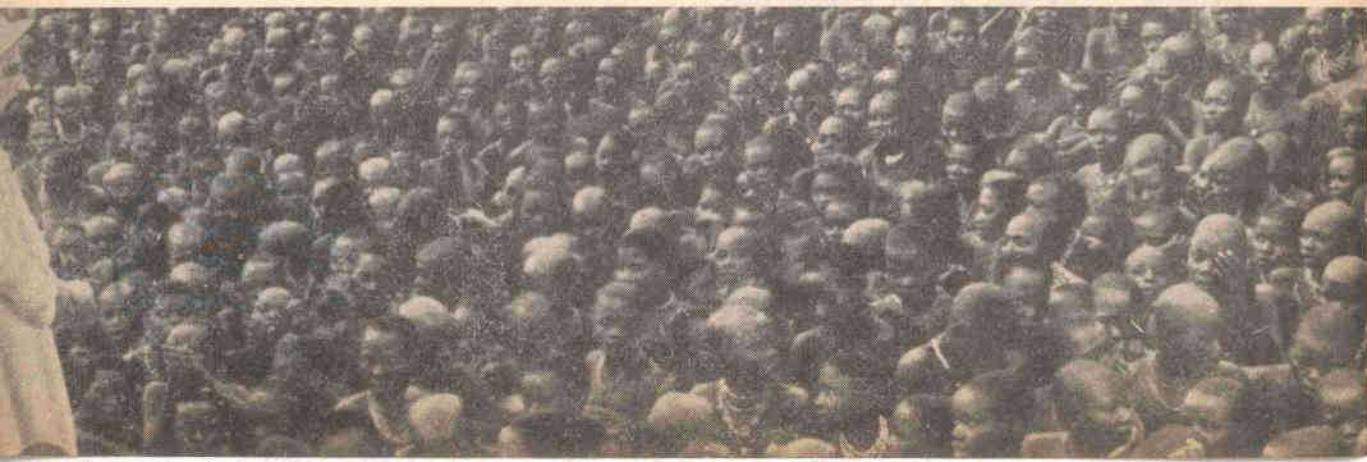
A República da Guiné, no polo oposto, nem sequer se preocupou em assentá-los em tronos de ilusão. Hoje em dia, a direcção dos povos tende a passar para as mãos de *leaders*, no sentido ocidental do termo, que se evidenciam através dos partidos políticos e dos movimentos sindicais.

A condição social e política das grandes massas não pode prescindir já de quadros devidamente treinados, agentes de ligação entre os estados maiores e o povo, desde as cidades até ao último dos lugarejos, perdidos no mato. A acção destes quadros processa-se superiormente às estruturas tradicionais ou, melhor, incide sobre elas, no sentido de as subordinar a uma nova entidade que as ultrapassa — a Nação.

As Repúblicas da Guiné e do Sudão, entre outras, oferecem-nos exemplos marcados da aplicação de uma nova técnica africana de governação.

Em segundo lugar, interessa destacar o impacto de economia monetária sobre a vida africana. A exposição desta modificação surge em segundo lugar. Isto resulta de uma maior comodidade no desenvolvimento do tema. De outro modo, teria de trocar a ordem de referência para não desrespeitar a sua importância relativa. Sem dúvida alguma, os factores que mais contribuíram — e continuam contribuindo — para as revoluções que vêm abrindo as velhas sociedades, são os de origem económica.

É difícil a alguém pôr em dúvida



o relevo que os interesses económicos assumiram na colonização de África. Primeiro a troca, depois a produção e comércio das matérias primas, fizeram chegar a longínquos recantos um sinal do Ocidente, verdadeira pedra no lago calmo daquelas existências.

O choque das duas economias, a de subsistência e a monetária, não podia ser suave, pois o que as diferencia é, mais uma vez, um mundo de estimacões e princípios.

O afastamento de milhares de homens válidos das aldeias levou, em algumas regiões, à paralisação da vida local. Este problema atingiu tal acuidade que alarmou os governantes.

Em 1924, o Governo Belga nomeou uma Comissão destinada a estudar o problema da mão de obra no Congo. Em 1928 e 1930 foram nomeadas duas outras comissões: o Comité Consultivo e a Comissão de Protecção aos Indígenas. Dos seus trabalhos, destacam-se interessantes estudos sobre as relações entre a procura da mão de obra e o desenvolvimento económico e o progresso social das regiões abrangidas. As comissões recomendaram limitação de recrutamento o que, acompanhado de outras medidas de política social teria largo alcance. Simplesmente, a expansão do comércio internacional, a seguir à crise de 1930, anulou a possibilidade de se passar à prática.

A colonização fez surgir, por toda a África, grandes aglomerados urbanos. Dakar, Leopoldville, Joanesburgo encerram centenas de milhar de negros, Leopoldville tem perto de 300.000 negros.

Tirando a África Ocidental, onde se conhecem urbes importantes há muitos séculos — Tomboctou nas margens do Níger, capital de um império islâmico, era objecto de admiração por parte das caravanas de viajantes mediterrâneos — e regiões isoladas onde foram encontradas ruínas imponentes (Rodésia), não se conheciam cidades em África.

A fundação dos grandes aglomerados, é obra do contacto colonial.

Consequência deste afluxo à cidade?

Em primeiro lugar, o alargamento de horizontes. Na cidade, põem-se problemas de convivência com membros de outros territórios, de outros **clans**. Surgem problemas novos, para o africano, da mais variada ordem. Novas interdependências, a que a solidariedade tribal já não dá cabal resposta.

Em segundo lugar, consequências de ordem familiar. A este respeito, diz Lord Hailey:

«Em África, a organização do regime de salário fez-se partindo da hipótese que, com excepção das propriedades exploradas por mão de obra instalada, os trabalhadores continuavam a ter os seus lares na região de origem e que se podia ter a consciência tranquila se os remunerássemos a um nível suficiente para um celibatário e se os tivéssemos convenientemente alojados e alimentados no lugar do seu emprego temporário». Ora, as massas urbanas tem já um largo quinhão na repartição da população. No Katanga, atingiram cerca de 36 % da população.

Na União Sul Africana, registou-se a seguinte evolução da população indígena urbanizada:

	Total	Mulheres
1911	508.000	98.000
1921	607.000	147.000
1936	1.106.000	357.000

Se nos detivermos, apenas, no desequilíbrio verificado nas minas de ouro de Witwaters Rand, não podemos deixar de sentir a gravidade extraordinária de certas situações. Aí, segundo um inquérito directo, feito em 1943, a percentagem de trabalhadores que vivia no **compound** mineiro, longe das suas famílias, era de 99,16 %! E viviam lá largas dezenas de milhar de seres humanos!



A desproporção entre os dois sexos arrasta atitudes e conflitos que se traduzem, paradoxalmente à primeira vista, pelo anti-feminismo.

Nas cidades constituem-se, muitas vezes, famílias restritas segundo os moldes ocidentais, mas é patente a instabilidade dos novos lares.

A economia africana apresenta notável cunho comunitário. A noção de propriedade privada, tal como nós a entendemos, não tem aqui cabimento. A propriedade é colectiva; encontra-se na posse da família, do *clan*. Ainda que as culturas e os rebanhos tenham «do-no», a comunidade sobrepõe-se ao indivíduo cabendo-lhe regulamentar o usufruto de tais bens.

As trocas com o exterior são mínimas. A produção, quase toda constituída por produtos agrícolas, é consumida no local. Na economia de subsistência, produtores e consumidores encontram-se identificados e fundidos. O carácter comunitário da economia impede o desenvolvimento de classes sociais, de interesses antagónicos. É desconhecida a existência de assalariados pois ninguém presta serviços a troco de remuneração.

O aparecimento de grupos servis encontra-se ligado às vicissitudes da guerra. A sua condição, **dentro de uma lógica interna**, em certos casos pode deixar de reflectir tão duramente a tensão peculiar a estes estados, tanto pela acomodação ao grupo dominante como por um mínimo de participação na vida colectiva.

As modificações socio-económicas impostas pelo impacto da economia monetária, de tipo capitalista, sobre sociedades autóctones radicalmente estranhas aos motivos e aos sistemas de vida ocidental, teriam de se saldar por perturbações sérias.

Não estão em causa as pequenas ou grandes vantagens adquiridas pelas populações africanas. Por agora, interessa, apenas, registar a evolução seguida.

Podemos dizer que a desintegração

das estruturas tradicionais acompanha de perto a expansão do sector monetário.

As actividades económicas suscitadas pelo exterior necessitam de uma mão de obra, sempre crescente.

De início, a empresa capitalista não encontrou uma mão de obra abundante e disponível para o novo tipo de trabalhos. A oferta, não sendo esponeânea, teve de ser **estimulada** por adequada política indígena e orientada no sentido de integrar o nativo no circuito produtivo da economia monetária, já criando-lhe novas necessidades só possíveis de satisfazer utilizando a moeda, já generalizando o sistema de contrato, voluntário na letra da lei, mas na prática difícil de manter afastado de uma certa coacção já mesmo empregando trabalho penal.

Não se julgue que o trabalho penal faz parte de uma lenda, com fundamentos longínquos ou destituída de bases sérias. Ainda recentemente mentores do Governo Sul Africano procederam à inauguração de prisões, construídas em *lairs particulares*, para alojar a mão de obra prisional, fornecida pelos Serviços de Justiça.

Alguns autores lembram, a propósito deste assunto, que o imposto indígena, criando a obrigação regular de um pagamento em dinheiro, acaba por obrigar o negro a prestar serviços à economia monetária. Por outro lado, o acento posto pelos doutrinadores coloniais do início do nosso século, na obrigação moral do indígena perante o trabalho, está também relacionado com as necessidades imperiosas da mão de obra.

Por força destas e doutras ideias, postas em prática com maior ou menor engenho, grandes massas humanas desligaram-se das suas famílias, temporária ou definitivamente. Deu-se o éxodo das aldeias para os novos locais, onde a existência de riquezas naturais, conjugada com as possibilidades de drenagem, aconselhava a instalação das em-

presas europeias.

Tendo em conta o que foi dito anteriormente, compreende-se que esses homens sofreram, no mais alto grau, fenómenos de desenraizamento, de instabilidade psicológica, de inadaptação.

A mulher, nos meios rurais, cultiva o campo, perfeitamente integrada num quadro exclusivamente familiar. Nas cidades, a sua ocupação prende-se à prestação de serviços domésticos e ao desenvolvimento de um pequeno comércio, tão denso, que é raro encontrar livros de viagens que não lhe dêem grande destaque. As novas condições de trabalho garantem-lhe maior independência em relação ao homem.

A integração da juventude na sociedade é outra questão de largo alcance. Perdida totalmente a possibilidade de educar segundo os moldes tradicionais, concretizados nos ritos de iniciação, resta a carta de formação escolar.

O pior é que raramente a expansão da escola acompanha o crescimento vertiginoso das cidades. Nem os programas respondem ao particularismo africano.

Em terceiro lugar, estocam-se separações segundo classes sociais, embora em muitos casos o espírito comunitário residual se torne suficiente para vencer distâncias, entre membros do mesmo **clan**, fundadas na posição social. As cidades costeiras, sobretudo apresentam já o desenho de estratificações; na maior parte delas é possível distinguir uma pequena burguesia de **white collars** e dum incipiente proletariado urbano.

Postas estas questões, resta acrescentar que os africanos urbanizados conservam fortes laços com a sua aldeia de origem. Muitos, depois de vários anos de ausência, regressam ao **clan**. Assim como este nunca deixou de estar presente nas relações que se iam desenvolvendo longe dele, também agora devemos constatar que a cidade marcou os homens que alguma vez nela viveram. O conhecimento que tem das novas pos-

sibilidades, o gosto adquirido pela independência minam forçosamente a coesão social. Não vale a pena chorar buçolicamente o eden ferido na sua integridade coerente.

A África na sua evolução, visa o futuro. Para o construir, abre-se a novas forças, a novas ideias, sem esquecer o peso do seu carácter próprio. Os elementos exteriores **depois de africanizados**, isto é, adaptados ao ritmo próprio da alma africana, serão garantia segura de um progresso harmonioso. Sociólogos, como Ballandier, reconhecem à África um dinamismo cultural, orientado pela ideia de respeito pela dignidade intrínseca do homem negro na procura das soluções dos seus problemas espirituais e materiais.

No domínio da educação religiosa, profissional, política e económica, etc. há todo um trabalho de transposição ou introdução de valores que as evoluções apontadas já vêm esclarecendo. Mas isso seria tema para estudo muito mais profundo.

A Igreja pela acção dos seus missionários, do clero autóctone e dos leigos está reservado um altíssimo papel para que a evolução da África Portuguesa se realize num sentido verdadeiramente construtivo e fecundo. Não é fácil. Mas a Juventude Universitária deve dar-lhe todo o seu entusiasmo e energia. As vias de acção encontram-se admiravelmente traçadas nas grandes encíclicas missionárias do nosso século (*Maximum Illud*, *Rerum Ecclesiae*, *Evangeliū Praeconis*, *Fidei Donum* e *Princeps Pastoren*). Convém destacar que nem só aqueles que se encontram em terras de missão são chamados a dar o seu contributo. Em Lisboa, no Porto ou em Coimbra há possibilidade de participar activamente nesta tarefa de aumento do contributo africano, desde que se queiram abrir à lição que se tira dos ensinamentos pontifícios.

JOÃO CRAVINHO



# UM OLHAR SOBRE O

## MEIO UNIVERSITÁRIO

Não é fácil penetrar até ao fundo uma alma, mesmo quando nos cruzamos com ela todos os dias. E muito menos é fácil prescrutar com justeza todas as virtualidades, positivas e negativas, que essa alma possui, se ela mesmo no-las não ajudar a desvendar, abrindo-nos qualquer porta de acesso às suas profundidades.

Isto dá-se ao nível da pessoa, do indivíduo. Mas já não se verifica ao nível do grupo, num dado meio social — o meio universitário, no nosso caso.

Podem não se ter penetrado as almas, uma a uma, não se ter desvendado mesmo nenhuma em profundidade — e terem-se contudo captado perfeitamente as correntes ou atitudes que dominam o meio, e são como que as suas coordenadas.

Não há homem totalmente bom — nem totalmente mau. Todo o homem é um feixe de virtualidades, positivas umas, negativas outras, e será no desenvolvimento das primeiras e no combate às segundas que o homem caminhará para a perfeição.

Mutatis mutandis, dá-se o mesmo com um meio social. Também neste há positivo e negativo. E seria injusto sublinhar qualquer deles em exclusivo, ignorando o outro. Injusto, porque falso.

Não seria por isso justo que se avaliasse o meio universitário português apenas pelas suas correntes negativas. Sublinhando-as hoje nesta nota, não há intenção de ignorar ou negar as posi-

vas, felizmente reais. Mas apenas focar alguns aspectos que a acção de universitários católicos deve ter bem presentes.

Em primeiro lugar, a **inércia** em que vivem a maioria dos universitários. Uma inércia geral, reflectida em muitos aspectos particulares. Vem-se do Liceu, mais por inércia do que por escolha pessoal consciente, e é por força de inércia que se vão passando os anos. Mais vegetando do que vivendo. Sem determinantes positivas, claras e bem definidas. Sem um exame profundo e sério ao caminho que se trilha, ao fim que se pretende (se fim existe), às razões que comandam a vida universitária e lhes dão porventura um sentido nobre e elevado. Numa palavra, vai-se caminhando... por inércia.

E é desta atitude fundamental, impessoal, anónima, irresponsável, que se originam outras correntes gémeas desta, como a **futilidade**. No pensar e no agir. No que se fala e no que se lê. Nos autores que se devoram e nos espectáculos que se acompanham com paixão. A procura do exterior, do accidental, do leve, do divertido, do que não fatigue, do que não exija pensamento nem obrigue a pensar. Do que não requeira esforço pessoal consciente. Numa palavra, do que não force ao abandono da inércia, da rotina, do não-te-rales.

Chama-se a este viver, por vezes, independência. E é-o de facto. Mas independência de qualquer ideal superior, o que equivale a uma dependência absoluta, tirânica, do clima circundante. Duma





moda que a si mesma se chama livre — mas que domina todas as manifestações duma vida, e lhe tolhe todos os movimentos para as regiões altas da alma humana. Uma moda que em tudo procura o superficial, o acidental, o aparente, o cómodo, o fácil.

Lêem-se autores da moda, não porque se tenha preparação para os assimilar, mas porque são autores da moda. Mesmo que nada se venha a perceber. Mesmo que a leitura seja totalmente inútil, para não dizer prejudicial.

Procura-se a nota, a classificação, o diploma, o curso — e não a formação pessoal. Transforma-se a Faculdade numa repartição de diplomas, e não numa escola de formação humana. E muito logicamente deixa de se estudar para aprender a formar-se. Estuda-se apenas com vista ao próximo exame. Na medida em que for estritamente indispensável para ir passando.

Isto não é absolutamente geral. Há excepções — e muitas. Seria injusto não o reconhecer. Mas também seria falsear a realidade não sublinhar estas linhas de inércia e futilidade existentes ao nível do universitário português. Como seria igualmente inexacto não reconhecer que, não plenamente coincidentes, outras linhas de pensamento, e ainda negativas, dum ponto de vista cristão, atravessam a Universidade portuguesa.

Uma forte dose de **positivismo**, no corpo docente e discente. Talvez pouco estruturado, sem qualquer consistência séria, mas real. Talvez mais por falta duma sólida base filosófica, do que como atitude gnoseológica fundamentada. Mas nem por isso menos influente e notória em largos ramos da formação universitária portuguesa. Uma total falta de abertura para o transcendente, para o espiritual, para tudo o que ultrapasse os dados concretos da experiência imediata.

O positivismo, como escola, está de-

finitivamente arrumado. Não será ainda por inércia que ele continua a marcar tão nitidamente a Universidade portuguesa? E não será ainda por inércia que um certo **cientismo**, à séc. XIX, domina também em certos meios da nossa Universidade? Irmão gémeo do positivismo, alimenta-o o deslumbramento que a técnica tem espalhado pelo mundo. A ciência e a técnica encheram o mundo de maravilhas — mas mataram o sentido do maravilhoso e do divino, escreveu o famoso convertido chinês Jonh Wu. É este sentido do divino e do maravilhoso, de que fala Jonh Wu, ou o suplemento de alma, de que falava Bergson, que a nossa Universidade precisa para se desprender definitivamente dum positivismo e cientismo ultrapassados, e reencontrar as suas gloriosas tradições de escola moldadora de homens.

É mais grave certo **materialismo**. Não o materialismo terra-a-terra, por inércia, por preguiça mental, por rotina intelectual, quase diria, por inconsciência; mas o materialismo como atitude filosófica, consciente, um autêntico materialismo dialéctico de raiz marxista. Um materialismo vivo, activo, militante, positivamente influente. Algo que já não é inércia, mas acção esclarecida, que não é rotina mas abertura para um ideal, — errado, sem dúvida, mas ideal consciente. É mais grave, porque é positivo. Mas tem também a vantagem de ser uma força. Uma força que o cristão tem o dever de orientar para a Verdade e o Bem. Orientar — não destruir.

Quem não é por Cristo, é contra Cristo. É do Evangelho. E é verdade de todos os dias. Uns não são **por**. Outros são abertamente **contra**. Os primeiros piores que os segundos, porque não são frios nem quentes. E os mornos, disse Cristo que os lançaria fora de si. Os mor-

(Continua na página 30)



# informação, formação e transformação

## 1. o que é a informação

Logo de princípio, impõe-se que seja definido o conceito de informação. É, todavia, actualmente uma ideia tão corrente, tão inserida na vida do dia a dia que dificilmente a conseguiremos definir.

Sem qualquer espécie de rigor científico, poder-se-á entender como a transmissão de valores, ideias e conceitos, factos realizações e conhecimentos. A palavra «transmissão» designa uma disposição espiritual de diálogo. Implica um interesse, na atitude de interrogação da parte do que aspira a conhecer; pressupõe, da parte de quem responde, um acolhimento da interrogação, seguido de um trabalho cheio de disponibilidade e honestidade para satisfazer à necessidade espiritual de quem interroga e quer saber. Por outro lado, a informação pode ser concebida como uma realidade em si, autónoma, até certo ponto, de quem pergunta e de quem responde.

Há vários tipos de informação, conforme o seu objecto é a cultura, a arte, a ciência, a técnica, as notícias, a religião, etc.. Por outro lado, também existem vários meios de comunicar com o nosso semelhante para obter informações: por meio de palavras, escritos, imagens e actos de presença.

## 2. a informação e os meios de difusão

Hoje em dia, a humanidade que, devido ao extraordinário progresso científico e técnico deste

Este artigo, intitulado de forma tão bizarra, propõe-se aprofundar um pouco algumas noções sobre a informação. Dividido em três partes sensivelmente iguais, na primeira, tratar-se-á objectivamente da informação em si e dos meios de que ela se serve no mundo de hoje; a segunda versará sobre a influência positiva ou negativa que exerce sobre os indivíduos e a sociedade; a terceira ocupará-se da actuação transformadora da Igreja (Hierarquia e laicado) sobre as técnicas de informação e de formação, em ordem a tudo restaurar em Cristo.

século, se sabe ligada entre si por planos de ajuda económica, se solidariza em organizações internacionais de defesa mútua, conhece a rapidez das comunicações e transportes que faz desaparecer as distâncias, não vive já fechada sobre si mesma, bastando-se a si própria.

Antes, vive agora a uma escala universal, confrontando ideias e aferindo ideias. Ora é precisamente esta preocupação colectiva de referir toda a vida com os seus diversos acontecimentos a sua dimensão mundial que caracteriza o nosso «modus vivendi» no século XX. A maneira concreta de corresponder a esta necessidade, tão vital agora como a respiração, foi-nos dada pelo desenvolvimento das técnicas de difusão. Com efeito, mercê do progresso científico, criaram-se técnicas tão assombrosas como as que permitem a transmissão e captação de voz humana a distâncias incalculáveis (telefone, telefonia sem fio), a reprodução exacta dos sons e ruídos (rádio, disco, fita gravada), a projecção de imagens previamente fixadas em filme (cinema, televisão), etc.. Ultrapassada a fase da discussão de ideias em praça pública ou em salão, é possível agora, mercê da T.S.F. e da T.V., levar informações, ideologias, sugestões, ordens, quase instantaneamente, a grandes distâncias e a todos os povos. Por seu lado, os aperfeiçoamentos introduzidos na Imprensa permitem a publicação de grandes diários e caudais enormes de livros e publicações periódicas, beneficiando da aceleração dos transportes aéreos, terrestres e marítimos. O ritmo de vida moderna exige que a informação chegue quase imediatamente aos pontos mais distantes do



globo. Os porta-vozes mais eficientes dessa informação são hoje, a imprensa, a rádio, a televisão e o cinema.

Cada um destes meios de difusão constitui um fenómeno cultural diverso com problemas próprios no campo da arte, da técnica e da economia, que convém analisar. Antes, porém, meditemos nas palavras autorizadas de SS. Pio XII na Encíclica «Miranda prorsus» sobre alguns dos «princípios que devem regular a difusão, entendida no sentido de um meio de comunicar, em grande escala os bens destinados à comunidade toda e a cada indivíduo... Desejando Deus encontrar no homem o reflexo das próprias perfeições, associe-o à Sua obra de doação dos valores espirituais, chamando-o para os levar e distribuir, para aperfeiçoamento dos indivíduos e da sociedade. De facto, o homem, por sua natureza, comunicou desde o princípio os bens espirituais ao seu próximo por meio de sinais sensíveis que sempre procurou ir aperfeiçoando. Desde os desenhos e escritos dos tempos mais remotos, até às técnicas da nossa idade, *devem todos os instrumentos de comunicação humana realizar o fim elevado de mostrar que os homens, também neste campo, estão ao serviço de Deus.*

### 3. principais características da imprensa, cinema, rádio e televisão

Analisemos agora algumas das características que diferenciam os principais meios de difusão.

O termo «imprensa» engloba vários tipos de publicações impressas: por um lado, os jornais diários e, por outro, os periódicos que ainda se podem dividir em revistas e jornais, de matérias e técnicas diferentes. A sua missão específica é informar a mentalidade pública, influenciando, assim, os juízos e decisões dos homens perante os problemas e acontecimentos da vida. Para desempenhar a sua missão e gozar prestígio no meio tem que fornecer informações rápidas, universais e objectivas (que só um equipamento técnico actualizado e uma equipa de redacção qualificada pode conseguir) e, também, ter elevada expansão no país. Dentro da imprensa, o jornal diário ocupa um lugar insubstituível porque, como o disse Roger Clausse, «o jornal res-

ponde, no dia a dia, à curiosidade inquieta da actualidade que a época contemporânea com os suas estruturas enredadas, complicadas e frágeis, elevou a um grau quase infinito, em profundidade como em extensão, em qualidade como em quantidade. Como tudo o que se passa hoje no mundo se repercute directamente ou acidentalmente no destino individual e social de cada um de nós, pretendemos sófregamente tudo saber, e sabê-lo instantaneamente, para agir em conformidade e organizar o melhor possível o círculo de interesses particulares ou colectivos... Donde resulta que a imprensa exerce, sobre uma multidão imensa em que se esbatem os indivíduos e desaparecem as classes sociais, na acção imediata, constante, tanto mais perigosa e eficaz quanto se situa no melhor momento psicológico, sob o choque inesperado e imprevisível dos acontecimentos, antes mesmo de este se revestir da sua importância ou desenvolver as suas consequências».

O cinema, sessenta anos depois de ser inventado, é hoje um dos mais importantes meios de expressão do nosso tempo. Este progresso deu origem a uma indústria importante que depende não só da colaboração entre numerosos artistas e técnicos com competências várias, mas também de complexos problemas económicos e sociais de que se trata aqui, impossível tratar. Com efeito, engloba aspectos muito diversos: é, simultaneamente, meio de expressão e factor de opinião, forma de arte e meio de cultura, indústria e comércio.

Embora sem dispor da riqueza de elementos espectaculares e das vantagens das condições do ambiente que proporciona o cinema, o rádio tem o privilégio de se apresentar desligado e liberto

«É necessário e urgente tomar medidas para que os progressos da arte, da ciência e da própria perfeição da técnica humana sejam ordenados, como verdadeiros dons de Deus, para a glória divina e salvação das almas e sirvam, de facto, para a extensão do Reino de Deus na terra».

Encíclica Vigilanti Cura — PIO XI

daquelas condições de esforço e tempo que impedem ou retardam todos os outros meios de comunicação entre os homens.

Assim, cada um, comodamente instalado em sua casa, pode acompanhar os acontecimentos de maior significado nacional e internacional e assistir a distância às mais variadas manifestações da vida social e cultural.

Em último lugar, ocupemo-nos da televisão a qual, precisamente nestes últimos anos, tem atingido prodigioso desenvolvimento. A televisão tem muitas prerrogativas próprias do cinema, enquanto oferece um espectáculo visual de vida e movimento; não raro, efectivamente, recorre ao uso do filme. Sob outros aspectos, participa da natureza e funções da rádio, dirigindo-se ao homem no interior da sua própria casa, mais que nas salas públicas. Além dos aspectos comuns com as precedentes técnicas de difusão, possui também características

«Nunca se deve deixar de fazer caso do aspecto moral de qualquer notícia lançada ao público porque a relação mais objectiva implica valores e sugere decisões. O informador digno desse nome não deve oprimir ninguém, mas deve procurar compreender e fazer compreender os reveses e até erros cometidos. Explicar não é necessariamente desculpar, mas é sugerir já o remédio e realizar portanto obra positiva e construtiva.»

Discurso ao Conselho da Sociedade das Nações — PIO XII (1956)

próprias. Permite, com efeito, assistir de forma simultaneamente auditiva e visual a acontecimentos realizados a distância e no próprio instante em que acontecem com aquela sugestividade que se aproxima do contacto pessoal e cuja feição é aumentada pela sensação de intimidade e confiança própria da vida familiar.

#### 4. a informação e a opinião pública

Todos estes meios técnicos enunciados servem, directamente ou mediante uma expressão artística,

para a difusão de ideias e oferecem a milhões de pessoas, de maneira facilmente assimilável, imagens, notícias e lições como alimento quotidiano do espirito, mesmo nas horas de lazer e repouso. As técnicas de difusão exercem, por isso, poderoso influxo no modo de pensar e agir das comunidades e indivíduos.

Com efeito, modernamente, estas técnicas de difusão atingiram um tal desenvolvimento e prestígio que influem a opinião pública, isto é, concorrem para formar o conjunto de conhecimentos, juízos e atitudes de determinado grupo social, enquanto grupo social. Ora a opinião pública é hoje uma poderosa força na sociedade. É ela que exprime o consenso geral sobre determinado problema ou acontecimento de vida internacional e nacional, é ela que, a título de representante da opinião colectiva, manifesta a sua adesão ou discordância sobre os factos da vida política, cívica e moral; é ainda ela que revela a maneira de pensar, sentir, querer e reagir dos cidadãos, face aos seus dirigentes.

Exercendo os instrumentos de informação tal influxo sobre a opinião pública, facilmente se concluirá que esta influência será melhor ou pior, conforme o uso que dela se fizer. Donde, àqueles que os dirigem, incumbe grave responsabilidade pela maneira como, informando, formam ou deformam a opinião pública. O próprio Santo Padre Pio XII nos põe de sobreaviso quanto aos grandes bens mas também tremendos perigos que podem nascer do uso ou abuso destas técnicas de difusão: [Estas] que estão, por assim dizer, ao alcance de todas as mãos, influem extraordinariamente no homem, levando-o, graças aos ultrapoderosos e desenfreados instintos que o dominam, tanto ao reino da luz, da nobreza e da beleza como aos domínios das trevas e da depravação, conforme o espectáculo põe em evidência e estimula os elementos dum e doutro campo».

#### 5. propaganda e publicidade

Atendendo à influência vasta e profunda que a T.S.F., a T.V., os livros, os jornais, as revistas, os cartazes, as fotografias, o cinema, etc. exercem sobre o público, chegando mesmo a penetrar no subconsciente das pessoas, desenvolveram-se técnicas especiais com a propaganda e a publicidade

## informação, formação e transformação

que visa, respectivamente, fins ideológicos e comerciais. Ambos têm muitos pontos comuns, buscando contudo, a primeira, adesão a um sistema político, e a segunda, criar um desejo de compra.

Apesar dos domínios especiais em que actuam, ambos têm o mesmo carácter informativo, possuem um poder de sugestão, utilizam meios de acção semelhantes, tiveram afinidades evidentes no início

das suas existências, tendo como traço comum a tendência para «forçar em certa medida a consciência individual».

Tanto a propaganda como a publicidade têm sido objecto de estudo sério e têm de tal modo evoluído que as suas técnicas de penetração cada vez mais perfeitas.

**«Saber ler um jornal, julgar um filme, criticar um espectáculo saber, numa palavra, dominar o seu juízo e os seus sentimentos contra tudo quanto tende a despersonalizar o homem, tornou-se uma exigência do nosso tempo.»**

Mensagem às Semanas Sociais de França (Nancy, 1955)

— PIO XII

**«Não há exagero em afirmar que o futuro da sociedade moderna e a estabilidade da sua vida interior dependem, em grande parte, da conservação do equilíbrio entre o poder das técnicas de difusão e a capacidade de reacção pessoal dos indivíduos.»**

Mensagem de S.S. Pio XII às Semanas Sociais de França (Nancy, 1955)

### 6. as técnicas de difusão e a autonomia espiritual

Já não se trata, aqui, apenas de bom ou mau emprego que o homem e a sociedade pode fazer destes instrumentos de informação, distração, cultura e propaganda. O desenvolvimento destas técnicas põe um outro problema mais grave: o domínio desmesurado que o instrumento, escapando ao controle do seu autor, tende hoje a tomar sobre a pessoa humana. Com efeito, na nossa sociedade, as modernas técnicas de difusão ameaçam o homem na sua autonomia espiritual. Citando S.S. Pio XII, explicitaremos: «Pela pressão duma informação dirigida, pela sedução da imagem, pela obsessão da propaganda, segue-se que, de futuro, a acção conjugada da Imprensa, da Rádio, do Cinema e da Televisão pode chegar a modificar, insensivelmente, a consciência do indivíduo; invade, pouco a pouco, o seu universo mental e determina comportamentos que se julgam espontâneos. A vida corrente oferece, para nosso mal, inúmeros exemplos deste perigo: pesa sobre a juventude, tão influenciável, penetra até ao fundo dos campos e nem o próprio escol

intelectual, melhor preparado, escapa à sua pressão.»

Com efeito, cabendo à imprensa a missão importantíssima de, no mundo de hoje, formar a opinião pública, importa que os católicos estejam presentes para orientá-la no sentido da mensagem cristã.

A presença dos católicos nos jornais neutros é necessária, é mesmo indispensável, não substituindo, de modo nenhum, a função e missão da imprensa católica. No dizer do Cardeal Lercaro, Arcebispo de Bolonha, «[ela] é um dos mais eficazes instrumentos e meios através dos quais a Igreja, na sua situação actual, se propõe realizar o mandato de difusão da mensagem de salvação trazida por Cristo a todos os homens: é uma extensão desse próprio mandato e integra-se no exercício do dever de magistério que a Igreja preenche, não só através da pregação moral e religiosa, como também através das suas múltiplas obras de educação».

O papel da imprensa católica, a sua missão específica na Igreja é, pois, difundir a mensagem evangélica, colocando-se na encruzilhada onde a religião se cruza com a vida, a Igreja com a Cidade; é nessa encruzilhada precisamente que a opinião pública se pode tornar cristã.



Há ainda outra razão que leva a Igreja a interessar-se pelos meios de difusão.

Depositária da mensagem universal de salvação que deve chegar a todos os homens, independentemente da nação ou tempo em que estão inseridos, Ela deve, hoje, utilizar as técnicas modernas que possibilitam a pregação da Palavra eterna a todos os povos. Tal como o Santo Padre Pio XII o afirma: «Nós mesmo nos costumamos servir muitas vezes dos modernos meios de difusão que nos oferecem a possibilidade de aperfeiçoar a união espiritual entre o rebanho e o Pastor, para a Nossa voz, nas violentas lutas espirituais de hoje, dispor seguramente da força de penetração e do eco que devem corresponder aos crescentes deveres do Apostolado Supremo a Nós confiado».

Assim é que o Santo Padre e os Bispos repetidamente utilizam a rádio para dirigir mensagens aos seus fiéis, se imprimem as cartas pastorais e encíclicas para a todos chegar a Palavra divina, se filmam para o cinema e televisão os mais significativos acontecimentos da vida da Igreja, se convocam conferências de imprensa para anunciar a jornalistas do mundo inteiro as decisões da Igreja em determinada esfera.

## 7. presença da Igreja nas técnicas de informação

Perante as grandezas e, também, os perigos que o progresso das técnicas de difusão oferece aos homens, sempre a Igreja se mostrou atenta, enaltecendo as suas virtudes e precavendo os fiéis dos seus erros. Tal solicitude deriva, directamente, da missão que lhe foi confiada por Deus porque essas técnicas, no momento presente, actuam, como vimos, poderosamente sobre o modo de pensar e agir dos indivíduos e da sociedade.

Desejosa, pois, de plenamente desempenhar a sua missão, que não é directamente de ordem cultural, mas pastoral e religiosa, tem-se esforçado largamente por resolver os graves problemas postos à consciência cristã pelos meios de difusão.

Têm sido numerosas as directrizes emitidas por ela em relação à imprensa, rádio, televisão e cinema quer em discursos, mensagens, pastorais e, até mesmo, encíclicas. Dentre as mais notáveis, desta-

cam-se a Encíclica «Vigilanti Cura» de Pio XI, em 1936, contendo apostólicos ensinamentos sobre o uso do cinema, a Encíclica «Miranda Prorsus» de Pio XII (1957) sobre cinema, rádio e televisão, o discurso de Pio XII, em 1955, sobre o filme ideal, o «Motu proprio» Boni Pastoris (1959), as mensagens dirigidas por Pio XII ao 3.º e 4.º Congressos Internacionais da Imprensa católica, realizados respectivamente em 1950 e 1954, os votos de S.S. Pio XII às Semanas Sociais de França

**«É preciso que a opinião pública se torne cada vez mais permeável às leis profundas que condicionam a paz e bem-estar da vida social; isto é, ao sentido da dignidade do homem, das suas responsabilidades pessoais e das suas obrigações para com a comunidade.»**

Discurso sobre a missão dos repórteres nos jornais — PIO XII (1955)

**«Queríamos ainda acrescentar uma palavra no que diz respeito à opinião pública no seio da Igreja (naturalmente, nas matérias deixadas à livre discussão). Só se admirarão com ela os que não conhecem a Igreja ou a conhecem mal. Porque, enfim, é um Corpo Vivo e faltaria alguma coisa à sua vida, se não possuísse opinião pública, falta grave cuja responsabilidade recairia sobre os pastores e sobre os fiéis.»**

Mensagem ao 3.º Congresso da União Internacional da Imprensa Católica (1950) — PIO XII

(Nancy, 1955) sobre «As técnicas de difusão na civilização contemporânea, etc.

Igualmente tem fomentado a criação de organismos quer internacionais, aprovados pela Santa Sé, quer nacionais, dependendo do episcopado, com a missão de promover boas películas e bons programas, classificar os restantes, conseguir que a censura e o juízo moral cheguem a todos e dirigir, ao mesmo tempo, todas as actividades dos

## informação, formação e transformação

católicos no campo da informação. Desde 1948, existe junto da Santa Sé uma Comissão pontifical com o encargo de estudar os problemas do cinema, rádio e televisão no referente à fé e à moral.

Também, inúmeras vezes tem a Igreja acentuado a necessidade urgente da imprensa católica.

### 8. a informação católica

Apesar da preocupação que a Igreja tem tido actualmente de fornecer, com toda a exactidão, notícias precisas que deverão percorrer as diversas partes do mundo, no entanto, os católicos, ao pegar num jornal ou ao assistir à projecção de um filme, ainda sentem que a informação religiosa que deles recebem é deficiente. Esta abrange, sobretudo, a descrição daqueles acontecimentos que pelo seu brilho se apresenta, para a massa descristianizada, ao fausto das grandes festas da sociedade, ou então, o «sentimental cristão», isto é, tudo aquilo que entenece a mentalidade popular, ou ainda, o «sagrado profanado», o mesmo é dizer, recepção profana das coisas sagradas.

Ora a informação católica é uma realidade diferente da que nos é apresentada, geralmente, sob esse título. É a transmissão de todos os factos relacionados com a vida da Igreja, enquanto Corpo Místico de Cristo: valores, cristãs, realidades, acontecimentos, preocupações. Perante um mundo descristianizado, é sua missão revelar a Igreja em toda a sua plenitude, enquanto instituição e enquanto fermento. Porque tem por objecto o mistério da Igreja, simultaneamente divina e humana, a informação católica não utiliza exactamente os mesmos métodos que os outros tipos de informação. Não se preocupa tanto em dar a conhecer os factos, como em transmitir uma mensagem e realizar as condições mais favoráveis para que essa mensagem seja recebida. Assim, a informação na Igreja e pela Igreja não tem como leis primárias a integridade e a rapidez, mas a utilidade e a oportunidade.

### 9. tarefas dos católicos

Se a qualquer cidadão se impõe o dever de estar informado sobre a vida da cidade, com muito maior razão um cristão deve estar a par da vida da Igreja. Não se trata, aqui, do destino temporal, mas sim de salvação do mundo e da vinda do Reino de Deus. Deve, por isso, conhecer o pensa-

mento da Igreja sobre os diferentes aspectos da vida humana, estar a par dos grandes movimentos da história divina, das preocupações e dificuldades actuais do catolicismo, adquirir uma dimensão universal na fé. Este conhecimento e informação da vida religiosa adquire-se mediante estudo, perseverança e amor.

Além desta primeira tarefa de informação sobre a vida da Igreja, cabe aos católicos, perante os meios de difusão não especificamente católicos; evitar os maus espectáculos, programas e leituras que, insensivelmente, por sua vez, vão destruindo a pureza e paz interiores; apoiar todas as iniciativas e manifestações destinadas a desenvolver e intensificar a sua vida espiritual e moral; dar a conhecer aos responsáveis por estes meios os seus legítimos desejos e as justas objecções, de modo a criar uma relação de dois sentidos entre aqueles e o público; colaborar na formação duma opinião pública esclarecida por forma a dar aos homens o justo direito ao seu próprio julgamento e às suas convicções; possibilitar que as técnicas de informação se tornem instrumentos de uma sã formação da personalidade do leitor, do auditor ou do espectador; formar, com cuidado, o sentido crítico dos jovens a fim de os ensinar a viver e a pensar, num mundo onde os meios de difusão das notícias e das ideias adquiriram a premente forma de persuasão; e, finalmente, fazer prevalecer a obediência às regras morais da difusão, nomeadamente no que se refere ao respeito pela dignidade do homem e pleno exercício de todas as suas faculdades.

Analisadas, pois, as responsabilidades do cristão no campo da informação, perante a sua própria formação humana e católica e perante as exigências actuais de cristianização da sociedade, resta, por fim, falar do papel que lhe cabe perante a Igreja.

Karl Kalmer, numa sua obra sobre a opinião pública na Igreja, afirma que: «A Igreja deve adaptar sempre a sua vida concreta às condições exteriores dadas que, em si mesmas, são frequentemente alheias à sua influência imediata e são, para ela, simples contingências que deve, no entanto, conhecer». É dever grave dos católicos dar a conhecer à Hierarquia essa realidade contingente, com que a direcção oficial da Igreja deve entrar em contacto para que a sua palavra seja mais eficaz e ecoe mais fundo nos corações dos homens do século.



BERTINA SILVA ARAÚJO

# Pax Romana reúne-se em Lisboa

Quem ocasionalmente passou pelas cercanias da Faculdade de Letras entre 10 e 21 de Agosto último, certamente se admirou pela animação de que ela estava possuída. É que 120 rapazes e raparigas, de todas as raças e falando línguas as mais dispares, aí se encontravam a emprestar-lhe um colorido desusado nessa época. E o que mais chamaria a atenção era o facto de todos conversarem e trocarem impressões como se, de há muito, se conhecessem e amigos fossem.

A explicação do facto era fácil: havia uma reunião da Pax Romana, o Movimento Internacional dos Estudantes Católicos. E, quando o ideal de um é o do outro, que está a seu lado, mesmo que não falem a mesma língua, os gestos bastam para que se entendam.

Efectivamente, teve Portugal a subida honra e a grande responsabilidade de organizar a Assembleia Interfederal da Pax Romana em 1960 e, embora de pouco tempo tivesse disposto para a organização, revelou que possui dois Organismos — a JUC e a JUCF — perfeitamente adultos e capazes, que realizaram um trabalho que só elogios recebeu, quer dos participantes quer das autoridades, religiosas ou civis, que de qualquer forma com eles contactaram.

Antes da Assembleia Administrativa, teve lugar um Seminário de Formação, subordinado ao título «À procura duma consciência internacional dos estudantes católicos», no qual foram proferidas quatro lições, a última das quais pela Eng.<sup>a</sup> D. Maria de Lourdes Pintasilgo, antiga Presidente de Pax Romana.

Ora é sem a mínima sombra de dúvida que afirmamos que se alcançou o fim pretendido com o Seminário. Na verdade, não é frequente verem-se sentados, lado a lado, e mostrarem-se realmente unidos, holandeses e indonésios, membros da Comunidade francesa africana e da França Metropolitana, um cubano e norte-americanos, um congolês e um belga, e até os próprios portugueses e um indiano de Bombaim. Isto é mostrar uma verdadeira consciência internacional; é pôr, acima dos «interesses vãos e mesquinhos do Mundo», o ideal que anima todos os católicos, sejam eles asiáticos ou americanos, africanos ou europeus; e é, indubitavelmente, contribuir para a construção de um Mundo melhor, para a edificação da Cidade de Deus. Este, o grande resultado da primeira parte da reunião.





Antes de se iniciar a Assembleia propriamente dita, foram os delegados em Peregrinação a Fátima, onde a Procissão das Velas e a Missa em rito eslavo, celebrada pelo Arcebispo Metropolitano de Winnipeg, foram os momentos mais altos.



*Sua Eminência o Senhor Cardeal Patriarca com alguns dirigentes nacionais e membros do Comité Director do M. I. E. C.*

A segunda parte abriu com uma sessão solene, presidida pelo Senhor Cardeal Patriarca

e que teve a assistência de dois membros do Governo, do Corpo Diplomático e de outras altas individualidades. Sua Santidade o Papa João XXIII enviou uma mensagem, dizendo do interesse com que a Igreja olha o Movimento e enviando a Bênção Apostólica.

Os pontos analisados nas sessões versaram essencialmente sobre o programa de acção, a organização e a estrutura. Assim, resolveu aumentar-se o intervalo entre as Assembleias para dois anos, a fim de se poder prestar uma maior atenção ao trabalho regional e a formação de dirigentes, especialmente na África, na Ásia e na América Latina.

Entre as próximas reuniões, organizadas pela Pax Romana, sobressaem o Seminário Africano a realizar no Congo, no fim do corrente ano, e subordinado ao tema «O estudante africano e o seu povo», e o Congresso Mundial da Pax Romana que terá lugar na América Latina, em 1962.

Realizaram-se, igualmente, as eleições do novo Comité Director, tendo sido reeleito o Presidente, o lituano exilado Peter Vygantas, e escolhidos para Vice-Presidentes um alemão e uma italiana. Como membros do Comité, foram eleitos delegados dos Estados Unidos, Chile, Ucrânia, França, Austrália, Ghana, Inglaterra, Ceilão e Irlanda.

Os países da Europa realizaram, também, a sua reunião anual, na qual elegeram, para Presidente da Comissão Europeia, o Presidente da JUC, Eng.º António Sousa Gomes. O Secretariado desta Comissão também ficou entregue a Portugal, e desde já se está preparando a próxima reunião, a realizar em Friburgo na Suíça, de 27 de Julho a 2 de Agosto de 1961. Será, esta reunião, integrada

(Continua na página 31)



# ARTES

## SIGNIFICADO DA ARTE

... «Devo dizer que a arte não tem que transmitir *sentimento*, de forma a que os outros tenham um sentimento idêntico. É essa a função de formas menores de arte — Programas de música ligeira, melodrama, ficções sentimentais e coisas no género. A real função da arte é exprimir *sentimento* e transmitir *conhecimento*. Foi isso que os gregos tão perfeitamente souberam realizar, e penso que era a ideia de Aristoteles quando dizia que o drama tinha como fim purificar as nossas emoções. Nós já vimos para a obra de arte carregados de complexos (emotivos) — encontramos, na verdadeira obra de arte, não um excitante para essas emoções mas paz, repouso, equanimidade. Nada mais absurdo que o espectáculo dum jovem snob entusiasmado procurando cultivar uma emoção de frente duma das grandes obras, na qual toda a emoção do artista se mudou numa perfeita liberdade intelectual. É verdade que a obra de arte provoca em nós, uma cer-

ta reacção física: temos consciência de ritmo, harmonia, unidade, e estas propriedades actuam nos nossos nervos, mas não a ponto de os acalmar e mesmo que psicologicamente falando se possa chamar emoção, estado de espírito resultante — é uma emoção de natureza inteiramente diferente, da que o artista experimentou e exprimiu, no acto da criação, da dita obra. Este nosso estado de espírito é mais bem descrito como um estado de interrogação e de admiração ou mais friamente e duma forma mais exacta como um estado de reconhecimento.

A nossa homenagem a um artista, é a nossa homenagem a um homem que por um dom especial soube resolver por nós os nossos problemas emotivos».

**HERBERT READ**

THE MEANING OF ARTS

87 — Pág. 189





Fundação Cuidar o Futuro

PAUL KLEE — *Paisagem com pássaros amarelos* -- 1923



MAIS LONGE DA  
EMOÇÃO DO ARTISTA?



MAIS PERTO OU

ROHAULT



# LETRAS

## VISÃO DE ESPANHA EM

### António Machado

Pertence ao primeiro livro de poesias de António Machado, publicado em 1907, com o título de «Soledades», o poema que a seguir transcrevemos e que, pelo tom dolorido que assume e pelo que evidencia de esgotamento de soluções vitais, pode ser encarado em termos de índice caracterizador de um dos aspectos em que mais incide a voz poética do seu autor, sobretudo numa primeira fase da sua trajetória:

*Hoy buscarás en vano  
a tu dolor consuelo.*

*Lleváronse tu hadas  
el lino de tus sueños.  
Está la fuente muda,  
y está marchito el huerto.  
Hoy sólo quedan lágrimas  
para llorar. No hay que llorar, silencio!*

Muitos são os poemas de António Ma-

chado cujo conteúdo se insere numa temática de desencanto perante a ausência de valores positivos que o momento presente lhe oferece; muitas são as composições que tomam forma a partir do tormento que nele se faz força viva quando a realidade obriga a reflectir em tudo o que separa os caminhos uma vez sonhados dos efectivamente percorridos. Por isso nas suas poesias há alusões simbólicas ao retorno de viajantes de alma magoada cansados de uma longa busca que não lhes mereceu o encontro da vida vislumbrada nos sonhos dos dias claros; há versos que são testemunho da angustiada tarefa de reunir numa evocação os elementos dispersos da alegria juvenil já esbatida; há a dor que nasce do ritmo apressado do passar de instantes que não se repetem, o fastio perante a monotonia daqueles que se sucedem sempre iguais. E, sempre

que assim sucede, é triste a fala do poeta, triste como a paisagem cinzenta dos fins de tarde que ele tantas vezes identifica à sua alma fatigada:

*Pasan las horas de hastío  
por la estancia familiar,  
el amplio cuarto sombrío  
donde yo empecé a soñar*

*Del reloj arrinconado,  
que en la penumbra clarea,  
el tictac acompasado  
odiosamente golpea.*

*Dice la monotonía  
del agua clara al caer:  
un día es como outro día;  
hoy es lo mismo que ayer.*

*Cae la tarde. El viento agita  
el parque nublado y docto.  
Qué largamente ha llorado  
toda la fronda marchita!*

Mas, conquanto dominante, particularmente nos primeiros versos, esta nota de lirismo intimista de feição vinadamente melancólica não é uma presença absorvente no conjunto da produção poética de António Machado. Os seus poemas adquirem muitas vezes outras tonalidades que importa ter em conta para a compreensão total da sua obra e para uma visão justa da sua atitude relativamente ao momento histórico em que viveu.

«Campos de Castilla», colectânea que

reune as composições elaboradas entre 1907 e 1917 aparece na linha de rumo do poeta como o produto de uma preferência dada à observação da realidade objectiva sobre a projecção do mundo íntimo. Isto não significa, no entanto, que exista por parte de António Machado um corte brusco com a atitude anteriormente tomada. Assim é que não só algumas composições do novo livro se aproximam nas suas características fundamentais das mais subjectivas de «Soledades», como também é possível descobrir em muitas destas um reflexo do condicionalismo histórico-cultural em que o poeta viveu; reflexo indirecto, sem dúvida, na medida em que a descrição do mundo exterior não existe como motivação primeira e independente na criação estética, mas de qualquer modo captável pelo leitor que complete a análise da obra literária com o estudo do ambiente socio-cultural em que ela nasceu e dos centros de interesse do seu autor.

Será fácil, por este processo, chegar à conclusão de que a atmosfera de melancolia e uma certa consciência de frustração que a cada momento parecem acompanhar o poeta, mais do que em dados temperamentais ou experiências puramente pessoais encontram raízes numa atitude comum a um grupo de espanhóis que, precisamente, naquela época de fins do século passado e começos do actual tinha aceitado assumir em profundidade a dor que uma Espanha decadente, e pouco corajosamente voltada para a busca de soluções autênticas deveria causar em todo o verda-



deiro espanhol. São nomes conhecidos os dos principais membros deste grupo em que acabámos de integrar António Machado.

Quase todos eles como Miguel de Unamuno, Azorin, Pio Baroja, Valle Inclan, Ganivet, são homens que vibram com a agonia em que vêem debater-se a nação espanhola; agonia que, oficialmente, encontra a sua razão próxima nas recentes guerras com os Estados Unidos e na perda das últimas colónias americanas mas que, segundo eles, tem o seu motivo mais fundo na falta de coragem do povo espanhol de procurar descobrir e viver até ao fim a sua missão específica perante as outras nações. Não interessa, por agora, definir nos seus pormenores a natureza própria dessa missão, mas importa reter, sempre em função de um conhecimento mais completo da obra de António Machado, que os testemunhos escritos de qualquer dos pensadores desta geração tomam quase sempre forma a partir de uma das três coordenadas seguintes: a melancolia pelo vazio do momento presente — melancolia que sendo de todos os espanhóis verdadeiros se faz carne em cada um deles —, análise crítica da realidade circundante e visão sonhadora que as potencialidades encobertas lhes mostram que poderá ser a Espanha do futuro. No caso de António Machado, o primeiro dos três elementos que referimos está presente sobretudo em «Soledades», os outros dois aparecem como notas dominantes em «Campos de Castilla».

Como acontece com cada um dos outros membros da geração a que pertence, António Machado constrói a sua visão da Espanha da época a partir do conhecimento em profundidade da terra e do homem de Castela. Aliás, no poema de feição autobiográfica que encima o seu segundo livro, o próprio poeta depois da alusão a uma infância que se dilui em «recuerdos de um patio de Sevilla», fala de uma juventude de «veinte años em tierra de Castilla». Durante tão longo espaço de tempo que foi, talvez, o mais rico e significativo da sua vida, António Machado apesar de uma certa tendência para o que ele chama a conversa «con el hombre que siempre va conmigo», ficou marcado pelo contacto com a paisagem e com a gente de Castela. Muitas são, na verdade, as composições poéticas que têm o seu ponto de partida na contemplação dos largos campos castelhanos e em reflexões sobre os homens que os habitam.

E é precisamente ao transmitir-nos o resultado da sua penetração no pequeno mundo que o rodeia que António Machado evidencia a sua faceta de observador realista do meio em que viveu e se aproxima pela atitude crítica que, não raras vezes, adopta ao falar do espanhol de então, dos outros escritores a que fizemos referência.

Isto não significa, contudo, que estejam ausentes da sua obra as composições em que, como nesta que parcialmente vamos transcrever, o poeta se limita a fazer eco do encanto que sobre ele exercem certos aspectos da paisa-

gem castelhana que sempre relembrará:

*Oh!, si conmigo vais, campos de Soria  
Tardes tranquilas, montes de violeta,  
alameda del río, verde sueño  
del suelo gris y de la parda tierra,*

A verdade, porém, é que, paralelamente a composições de conteúdo semelhante a esta, se encontram muitas outras em que mais que uma valorização pessoal da paisagem, António Machado se detém no traçar de um quadro em que avultam alguns aspectos menos rissonhos das terras de Castela e, sobretudo, as características mais negativas do modo de ser dos seus habitantes.

Se se trata da terra, o poeta em geral, envolve as expressões que traduzem a sua aridez e pobreza num clima cuja tonalidade dominante é, mesmo nestes casos, produto do amor que por ela sente e que o leva a aludir, quase sempre, à beleza que, apesar de tudo, neia se encontra.

Se é, porém, do homem que fala, então a sua voz endurece e no retrato que dele traça avulta precisamente tudo quanto de menos belo o pode definir.

Algumas estrofes de duas composições diferentes de «Campos de Castilla» bastarão para documentar o que acabamos de afirmar. As duas primeiras estrofes pertencem ao sexto da série de poemas que o poeta intitula «Campos de Soria». É fácil constatar que os dois últimos versos transcritos, trazendo a primeiro plano a admiração e a ternura que a cidade de Soria desperta em António Machado, introduzem na composição

uma nota nova diferente da objectividade descritiva dos primeiros versos.

*!Soria fría! Soria pura,  
cabeza de Extremadura,  
con su castillo guerrero  
arruinado, sobre el Duero;  
con sus murallas roidas  
y sus casas denegridas.*

*!Soria fría! La campana  
de la Audiencia de la una  
Soria, ciudad castellana  
!tan bella! bajo la luna.*

Ao poema «Por tierras de España» pertencem estes versos que podem ser encarados como reflexo do pensamento do poeta no que respeita ao modo de ser do habitante dos campos castelhanos:

*Pequeno ágil, sufrido, los ojos de hom-  
[bre astuto  
hundidos, recelosos, movibles; y trazadas  
cual arco de ballesta, en el semblante enjuto  
de pómulos salientes, las cejas muy po-  
[bladas.*

*Abunda el hombre malo del campo y de  
[la aldea,  
capaz de insanos vicios y crímenes bestiales,  
que bajo el pardo sayo esconde un alma fea,  
esclava de los siete pecados capitales.*

Este retrato do camponês de Castela aparece, na poesia de António Machado, como um aspecto particular da sua visão crítica da Espanha contemporânea. É que o caminho da crítica impiedosa lhe aparece como o único capaz de des-



pertar os espanhóis de então para o espectáculo da sua decadência e, conseqüentemente, para a necessidade do esforço a fazer no sentido de uma reaqüisição dos valores perdidos.

E o poeta acredita realmente nessa possibilidade. Sucede-lhe, até, com frequência, sonhar com uma Espanha diferente, desprendida de formas de vida inadequadas ao que nela há de essencial, uma Espanha virada para si própria e procurando no seu íntimo a res-

posta para os problemas inquietantes que a consumiam e que as soluções vindas de fora não podiam resolver. Esta é a faceta verdadeiramente construtiva da poesia de António Machado e sem ser a mais característica da sua actividade poética e aquela que melhor nos esclarece sobre o seu amor à terra espanhola e a sua consciência de uma missão a levar a cabo.

MARIA IDALINA PEREIRA

---

## Fundação Cuidar o Futuro

um olhar sobre o meio universitário

(Continuação da página 15)

nos são os indiferentes. Os que pensam que pode o homem não se decidir por algum dos braços do dilema. Não são uma força. São um peso morto. Uma massa inerte. Peso e massa que urge transformar em forças orientadas para a Verdade. O indiferentismo tem de transformar-se em angústia. Uma angústia metafísica, profundamente humana. Um estado em que o homem se sinta insuficiente, limitado nos seus recursos, infinito nas suas aspirações.

Dizia Pascal que «nous devons avoir

plus de vénération pour les vérités évidentes que pour les opinions reçues».

Pode ser o lema de um universitário português. É preciso reagir contra as ideias e opiniões recebidas, contra as atitudes rotineiras, contra as mentalidades cristalizadas. Importa que tudo seja vivo, verdadeiro, autêntico, cem por cento humano. Ainda que para tanto seja preciso reagir. Há muitas águas mortas na Universidade portuguesa. E é preciso agitá-las.

M. TRINDADE



## Pax Romana reúne-se em Lisboa

(Continuação da página 23)

nas Comemorações do 40.º Aniversário da Pax Romana que terão lugar, nessa ocasião, na referida cidade suíça, e para ela se pensa convidar os estudantes africanos e asiáticos que se encontram na Europa, além dos exilados dos Países comunistas, o que virá acentuar, uma vez mais, a dimensão internacional do nosso Movimento.

Não queremos terminar sem uma palavra de gratidão à Hierarquia, especialmente a Sua Em.<sup>a</sup> Rev.<sup>ma</sup> O Senhor Cardeal Patriarca, pelo apoio extraordinário dado ao nosso trabalho, sem o qual esta Assembleia não teria produzido os frutos que já produziu e, certamente, continuará a produzir.

Lisboa, Setembro de 1960

JOÃO VAZ SERRA DE MOURA

### ENTÃO SIM

## Fundação Cuidar o Futuro

*Quando a vida for plena de sentido  
Exacto como o voo das gaivotas  
E os nossos sentimentos deslisarem  
Já fluidos, nas palavras e nos gestos*

*Quando o trato dos homens for assim  
Como sorrir ao espelho onde nos vemos  
Em jovens, antes de irmos para a festa*

*Quando apenas marcarmos nossos passos  
Ao compasso das nossas alegrias  
E cada nossa dor tiver sentido  
Consolação inânime*

*Então sim:  
— Então dirá, cantando, a natureza  
Que nós a merecemos*

(Carlos Queirós)



→ VOLTAR  
nova mensagem

Reunido em Crête, Congo-Nil, cimo espiritual da África, o comitê do Secretariado dos Estudantes que se constituiu este ano para romper o isolamento que rodeia os estudantes africanos de Ruanda e do Congo, dirigiu este apelo ao S.S. Padre:

«Uma força internacional materialista quer submergir-nos. Nós os jovens somos os primeiros a ser visados. Enganados por um falso ideal, vários de nós já se puserem ao serviço dessa religião terrestre e sem Deus, que hoje tenta conquistar o mundo.

Diante desta vaga mundial que quer não apenas a nossa morte mas também a de Deus e de todos valores espirituais, regozijamo-nos de nos voltar para Vós, o Santo Padre, e de confiar a nossa angústia à mais alta autoridade moral do mundo.

Desta força internacional destruidora dos valores bantus e cristãos, só uma outra força internacional pode salvar-nos.

Dirigimo-nos a Vossa Santidade para que faça ouvir o nosso grito em todo o mundo. Estamos certos que os jovens quererão corresponder ao nosso apelo. Os seus dirigentes e os seus chefes os orientarão neste esforço: tal é a nossa esperança! Não podemos assistir em silêncio à morte de Deus. Recusamo-nos a viver na ignorância. Aspiramos à Luz e à Verdade.»



Fundação Cuidar o Futuro

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E DE PUBLICAÇÕES

Fundação Cuidar o Futuro